


**INSTITUTO FEDERAL**

Sergipe

Campus São Cristóvão

**ANEXO I**
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Sistema de Registro de Preços

**PREGÃO ELETRÔNICO**

(COMPRAS)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**
**CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO**
**PREGÃO SRP Nº 01/2019**
**IRP 01/2019**

(PROCESSO Nº 23289.000514/2018-19)

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de **Materiais de Consumo para Higienização, Preservação e Restauração de Documentos do Arquivo Central**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO				QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACETÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACETÁVEL
				CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO		CAMPUS LAGARTO				
				MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO			
1	Lâmina bisturi, material aço inoxidável, tamanho nº 22, tipo descartável, esterilidade estéril, características adicionais embalada individualmente.	242918	UN	20	20	-	-	20	R\$ 0,35	R\$ 7,00
2	Cola, composição acetato de metilcelulose, aplicação restauração.	262193	VASO COM 750ML	05	05	-	-	05	R\$ 86,40	R\$ 432,00
3	Papel japonês, comprimento 91, largura 61, gramatura 9, cor branca, aplicação restauração de obras raras	396151	UN	50	50	-	-	50	R\$ 13,34	R\$ 667,00
4	Acetona, aspecto físico líquido, concentração a 50%, forma química em solução alcoólica	434205	VASO COM 1.000 ML	10	10	-	-	10	R\$ 23,37	R\$ 233,70

5	<b>Lápis preto</b> , material corpo madeira, dureza carga 6b, formato corpo sextavado	280921	UN	05	05	-	-	05	R\$ 0,67	R\$ 3,35
6	<b>Papel mata-borrão</b> , material celulose vegetal, gramatura 250, comprimento 50, largura 50, cor branca, aplicação absorver líquidos	418215	CX COM 100	02	02	-	-	02	R\$ 481,58	R\$ 963,16
7	<b>Escova limpeza geral</b> , material corpo plástico, material cerdas crina cris, características adicionais tipo juba, comprimento 30 cm	261873	UN	04	04	-	-	04	R\$ 4,05	R\$ 16,20
8	<b>Papel filifold</b> , material celulose vegetal, gramatura 120, cor palha, comprimento 100, largura 85, tipo filifold.	336109	CX COM 100	01	01	-	-	01	R\$ 1148,45	R\$ 1148,45
9	<b>Lâmina bisturi</b> , material aço inoxidável, tamanho nº 22, tipo descartável, esterilidade estéril, características adicionais embalada individualmente. (Campus Lagarto).	242918	UN	-	-	02	02	02	R\$ 0,35	R\$ 0,70
10	<b>Lápis preto</b> , material corpo madeira, dureza carga 6b, formato corpo sextavado (Campus Lagarto).	280921	UN	-	-	02	02	02	R\$ 0,67	R\$ 1,34
11	<b>Escova limpeza geral</b> , material corpo plástico, material cerdas crina cris, características adicionais tipo juba, comprimento 30 cm (Campus Lagarto).	261873	UN	-	-	02	02	02	R\$ 4,05	R\$ 8,10
<b>TOTAL</b>									<b>R\$ 3.481,00</b>	

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição busca aderir materiais para higienização, preservação e restauração de documentos antigos que se encontram em estado de degradação. Esses procedimentos são necessários devido a importância histórica e informacional do acervo do campus. Portanto, para que esses documentos sejam restaurados e tenha sua vida prolongada, é necessário a aquisição dos materiais descritos neste documento.

2.2. O uso do Sistema de Registro de Preços para essa contratação está fundamentado nos inciso III, do art. 3º, do Dec. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, visto que é conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto a ser contratado é de natureza comum conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520, de 2002.

### 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

UASG	UG	ENDEREÇO	SETOR	TEL	RESPONSÁVEL
158392	IFS – Campus São Cristóvão	Rodovia BR-101, Km 96, Povoado Quissamã - São Cristóvão/SE. CEP: 49.100-000  CNPJ: 10.728.444/0002-82.	COAL – Almoxarifado	(79) 3711-3059	Luiz Alberto Alves Santos
158394	IFS – Campus Lagarto	Rodovia Lourival Batista, s/n Povoado Carro Quebrado CNPJ: 10.728.444/0004-44	COALP – Almoxarifado	(79) 3321-1530	Elder de Vasconcelos Santos

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da data do recebimento da nota de empenho, em remessa **única**, no endereço especificado na tabela acima, de segunda a sexta-feira, das 08hs às 11hs e das 13hs a 16hs.

**4.1.1.A entrega do material em outras UASGs deverá ser efetuada de acordo a confirmação de suas participações.**

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**4.5.1.**Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**4.6.1.O fornecedor será responsável pelo descarregamento e acondicionamento do objeto em local determinado pelo IFS – Campus São Cristóvão.**

### 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

**5.1.1.**Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**5.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**5.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**5.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**5.3.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**6.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **identificação do produto, fabricante e data de validade;**

**6.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**6.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**6.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**6.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**6.1.6.** (Supressão)

**6.1.7.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos do objeto até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

**6.1.8.** Todo deslocamento para entrega dos objetos solicitados, em qualquer que seja o campus do gerenciador ou participantes, todos os custos correrão por conta da contratada.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 7.2.** (Supressão)
- 7.3.** (Supressão)
- 7.4.** (Supressão)
- 7.5.** (Supressão)

## **8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

- 9.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**9.1.1.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

- 9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 9.3.** O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**10.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**10.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**10.1.3.** Fraudar na execução do contrato;

**10.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;

**10.1.5.** Cometer fraude fiscal;

**10.1.6.** Não mantiver a proposta.

**10.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**10.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**10.2.2.** Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**10.2.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**10.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**10.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**10.2.6.** Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**10.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**10.2.8.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

**10.2.9.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**10.2.10.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**10.2.11.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.3.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**10.4.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.5.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

São Cristóvão, 29 de janeiro de 2019.

Larissa Andrade Coimbra  
Coordenadoria de Protocolo e Arquivo  
**Requisitante**

**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

( ) Aprovado

( ) Não Aprovado

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2019

---

MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY  
Diretor-Geral**De Acordo com Inciso II, Art. 9º do Decreto nº 5.450/2005**